

Magé em Revolta: política, repressão e crises locais durante a Revolta da Armada (1891-1894)

Magé in Revolt: politics, repression and local crises during the Armada Revolt (1891-1894)

Carlito Lopes de Oliveira Junior¹

Doutorando em História

Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO)

carlitolopes@edu.unirio.br

Recebido: 16/03/2026

Aprovado: 26/09/2026

Resumo: Este artigo analisa os impactos políticos e sociais da Revolta da Armada (1891–1894) no município de Magé, Estado do Rio de Janeiro, a partir de uma perspectiva de história local articulada às transformações estruturais da Primeira República Brasileira. Mobilizando fontes primárias — jornais da época, relatórios administrativos provinciais e correspondências oficiais —, o estudo reconstitui a ocupação de Magé pelo primeiro-tenente José Augusto Vinhaes, entre novembro de 1893 e fevereiro de 1894, e sua retomada pelas forças do coronel Manoel Joaquim Godolphim em fevereiro de 1894, episódio que envolveu o deslocamento de parte da população para Petrópolis e Teresópolis, o saque de estabelecimentos comerciais — como o do imigrante italiano Fructuoso Leite — e a mobilização de forças estaduais e federais para a retomada do território. A partir desse caso, o artigo discute os mecanismos de controle territorial, a violência sobre populações civis e a instrumentalização do conflito na construção da memória republicana. Trata-se de um levantamento preliminar que evidencia como o estudo de municípios periféricos como Magé é indispensável para compreender as múltiplas dimensões de um conflito que não se limitou aos centros do poder político e militar.

Palavras-chave: Revolta da Armada; Primeira República; Magé; história local; repressão política.

Abstract: This article analyzes the political and social impacts of the Revolta da Armada [Naval Revolt] (1891–1894) in the municipality of Magé, State of Rio de Janeiro, from a local history perspective articulated with the structural transformations of the First Brazilian Republic. By mobilizing primary sources—newspapers of the period, provincial administrative reports, and official correspondence—the study reconstructs the occupation of Magé by First Lieutenant José Augusto Vinhaes between November 1893 and February 1894, and its recapture by the forces of Colonel Manoel Joaquim Godolphim in February 1894. This episode involved the displacement of part of the population to Petrópolis and Teresópolis, the looting of commercial establishments—such as that of Italian immigrant Fructuoso Leite—and the mobilization of state and federal forces to retake the territory. Based on this case, the article discusses mechanisms of territorial

¹ Bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.

control, violence against civilian populations, and the instrumentalization of the conflict in the construction of republican memory. This is a preliminary study that demonstrates how the investigation of peripheral municipalities like Magé is indispensable for understanding the multiple dimensions of a conflict that was not limited to the centers of political and military power.

Keywords: Armada Revolt; Brazilian First Republic; Magé; local history; political repression.

Introdução

A Revolta da Armada (1891–1894) constituiu um dos episódios mais significativos de tensão política nos primeiros anos da Primeira República Brasileira, marcada pelo confronto entre a Marinha Nacional, setores dissidentes republicanos e o governo federal sob a liderança de Floriano Peixoto.

Apesar de a historiografia concentrar-se majoritariamente nos acontecimentos da capital, os efeitos do conflito sobre municípios adjacentes, como Magé, permanecem pouco explorados, embora sua localização estratégica e dinâmica socioeconômica tenham condicionado sua centralidade na esfera regional de poder. Um padrão de invisibilidade historiográfica que se repete em outros episódios de resistência local à consolidação do regime republicano, sistematicamente relegados a segundo plano em favor da narrativa dos grandes centros (Castro, 2004).

Já nos primeiros anos da República, eclodiu o primeiro movimento contra a presidência do marechal Deodoro da Fonseca. Sem conseguir negociar com as bancadas dos estados, principalmente com os cafeicultores paulistas, ele fechou o Congresso Nacional. A Armada, nomeado à Marinha na época, revoltou-se e prometeu atacar a capital federal. Para não enfrentar a provável derrota em uma guerra, Deodoro renunciou em 23 de novembro de 1891, dando fim à Primeira Revolta da Armada (Carone, 1971). O vice Floriano Peixoto assumiu e, apesar da previsão constitucional, deveria convocar eleições em um prazo de dois anos; entretanto, isso não ocorreu (Abreu, 2024).

Custódio de Melo, contra-almirante e futuro candidato à Presidência, opôs-se à nova situação, e figuras associadas à monarquia, como o almirante Saldanha da Gama, juntaram-se ao movimento contra Floriano. Além das denúncias contra a política florianista, que não pacificou as rivalidades regionais, os oficiais da Marinha sentiam-se desprestigiados diante do Exército – instituição de origem dos dois primeiros presidentes, Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto. Teve início, então, a Segunda Revolta da Armada.

O corpus documental mobilizado nesta pesquisa, composto por periódicos da época, relatórios administrativos provinciais e correspondências oficiais, possibilita a reconstrução analítica da intensidade da presença militar no município e a avaliação dos impactos multidimensionais das medidas repressivas sobre o tecido social local. A análise dessas fontes primárias permite não apenas mapear os eventos, mas compreender as dinâmicas de poder, resistência e acomodação que caracterizaram o período. O presente estudo centra-se, portanto, na atuação do Exército e revoltosos da Marinha em Magé, nas formas de controle político e repressão implementadas, bem como nas respostas da população frente às pressões do conflito, buscando situar o município no contexto mais amplo das disputas republicanas e das transformações políticas da Primeira República Brasileira.

A aproximação entre história política e história social, que orienta a leitura proposta neste artigo, implica atenção simultânea a pelo menos três dimensões analíticas: as estruturas de poder que condicionam os eventos, as práticas dos agentes históricos que os protagonizam e as representações por meio das quais esses eventos são narrados, interpretados e memorizados. No caso de Magé durante a Revolta da Armada, essas três dimensões se entrecruzam de modo particularmente revelador. As estruturas do conflito — a rivalidade entre Marinha e Exército, a crise de legitimidade do governo florianista, a disputa pelo controle territorial do estado do Rio de Janeiro — fornecem o enquadramento dentro do qual os agentes locais — comerciantes, autoridades municipais, soldados, civis — tomam decisões, sofrem consequências e constroem significados para suas experiências.

Do ponto de vista das fontes, o artigo apoia-se em documentação de natureza diversa, o que possibilita a triangulação metodológica necessária a uma análise robusta. Os periódicos da época, em especial o *Jornal do Brasil* e a *Gazeta de Notícias*, fornecem tanto registros factuais quanto indicações sobre como o conflito era percebido e construído discursivamente pela imprensa carioca. Os documentos oficiais, como o relatório do coronel Godolphim e a mensagem do presidente Porciúncula à Assembleia Legislativa, revelam as perspectivas do poder institucional e os mecanismos de legitimação da repressão. Já o testemunho de Fructuoso Leite e relatos publicados no *Jornal do Brasil* introduz uma voz subalterna que perturba a narrativa triunfal das forças governamentais, evidenciando o impacto do conflito sobre os setores mais vulneráveis da sociedade local.

A revolta da Armada

Iniciada em 1893, a Revolta da Armada insere-se em um contexto político cujas origens remontam a novembro de 1891, momento de acirramento das tensões institucionais nos primeiros anos da República (Flores, 2003). Em 3 de novembro daquele ano, o então presidente marechal Deodoro da Fonseca, diante da impossibilidade de composição com as bancadas estaduais, notadamente as vinculadas às oligarquias cafeeiras de São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais, decretou o fechamento do Congresso Nacional (Cardoso, 2006). A medida provocou a insubordinação de unidades da Marinha, que, sob a chefia do almirante Custódio José de Melo, passaram a ameaçar o bombardeio da cidade do Rio de Janeiro. Diante do risco iminente de um conflito armado de grandes proporções, Deodoro da Fonseca renunciou ao cargo em 23 de novembro de 1891 (Carone, 1971).

Com a renúncia do presidente titular, a presidência da República foi assumida pelo vice-presidente, o marechal Floriano Peixoto. Embora o artigo 42 da Constituição de 1891 previsse a convocação de novas eleições em caso de vacância nos primeiros dois anos de mandato, Floriano não o fez. Ele ancorou-se em uma interpretação de que tal exigência se aplicava exclusivamente a presidentes eleitos por sufrágio direto — o que excluiria tanto ele quanto seu antecessor, que haviam sido escolhidos de forma indireta pelo Congresso Constituinte. Essa tese apoiava-se nas Disposições Transitórias da Constituição (art. 1º), segundo as quais os primeiros presidente e vice-presidente eleitos deveriam exercer o cargo durante todo o primeiro período presidencial.

Nessa leitura, Floriano contava com o apoio de parte da oficialidade do Exército, do almirante Custódio de Melo e, com algumas oscilações, do Partido Republicano Paulista (PRP) (Saes, 2005). Contudo, essa manobra jurídica foi amplamente contestada. Em 6 de abril de 1892, treze oficiais-generais — unindo figuras ligadas ao deodorismo e opositores históricos, como o contra-almirante José Marques Guimarães e o vice-almirante Eduardo Wandenkolk — tornaram público um manifesto. O documento exigia a realização de eleições presidenciais e recusava qualquer corresponsabilidade dos militares pela desorganização administrativa dos estados.

A resposta de Floriano foi imediata e autoritária. No dia seguinte, apoiado pelo Clube Militar, o presidente reformou compulsoriamente os signatários do manifesto e os expulsou da referida instituição. Dias depois, decretou estado de sítio por 72 horas, medida que resultou na prisão e no

exílio de opositores políticos e jornalistas (Saes, 2005; Carone, 1971). Como aponta Abreu (2024), o Congresso só viria a legitimar o mandato de Floriano até novembro de 1894 às custas dessa repressão inicial, o que evidencia que a acusação de ilegitimidade do governo não foi um mero debate jurídico-formal, mas um confronto político com duros custos concretos para os envolvidos

O documento foi assinado por treze generais e treze oficiais superiores do Exército e da Marinha, que reclamavam da substituição arbitrária de administradores estaduais e do 'estado de desorganização geral do País' (Flores, 2003). Nesse sentido, apelavam diretamente a Floriano Peixoto para que interrompesse aquela conjuntura e convocasse novo pleito. Para eles, essa seria a forma de recompor a ordem institucional e moral do país, o que poderia restabelecer a confiança pública, a tranquilidade da família brasileira e o prestígio do regime no exterior².

Em 6 de setembro de 1893, oficiais da Marinha retomaram a insurreição armada contra o governo federal. À frente do movimento encontrava-se o almirante Custódio José de Melo, ex-titular das pastas da Marinha e da Guerra na administração florianista e figura que articulava sua projeção política com vistas à presidência da República. Entre os insurgentes figurava ainda o almirante Eduardo Wandenkolk, que exerceu o Ministério da Marinha durante o governo de Deodoro da Fonseca e ocupava uma cadeira no Senado pelo Distrito Federal. Wandenkolk havia sido preso e reformado no ano anterior, em razão de sua adesão ao manifesto subscrito por treze oficiais-generais contrários à permanência de Floriano Peixoto no poder.

A adesão pública do diretor da Escola Naval, almirante Luís Filipe Saldanha da Gama, em 7 de setembro, conferiu maior visibilidade e densidade política ao movimento. Em dezembro, Saldanha da Gama afixou pela cidade um manifesto de teor abertamente monarquista, amplamente divulgado pela imprensa governista, que passou a associar a revolta a um projeto de restauração da monarquia — leitura que se consolidaria mesmo fora do Brasil, como no artigo que o diplomata Oliveira Lima publicaria já em 1896 (Flores, 2003). Essa associação ampliou o espectro ideológico da rebelião, que passou a reunir tanto oficiais descontentes com a centralização florianista quanto simpatizantes da causa monárquica.

² A carta-manifesto está presente na coletânea de documentos históricos presentes em BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 3.

A ampliação do espectro ideológico da rebelião resultou, em boa medida, da disputa em torno do significado político do gesto de Saldanha da Gama. Diante da repercussão do primeiro manifesto e das "incisivas relações entre a revolta e os partidários monárquicos" exploradas pelos jornais governistas, o próprio almirante viu-se obrigado a tornar pública, em 20 de dezembro, uma segunda declaração na qual se apresentava como defensor de "uma República civil" — não de uma restauração monárquica (Flores, 2003). Essa disputa interpretativa revela que a heterogeneidade ideológica atribuída à Armada não decorreu apenas da adesão efetiva de simpatizantes da Monarquia às fileiras revoltosas, mas também da instrumentalização discursiva promovida pela imprensa alinhada a Floriano Peixoto, que tinha interesse em desqualificar o movimento associando-o a um projeto de restauração já socialmente deslegitimado. Ainda assim, a leitura monarquista se consolidaria na memória do período, retomada inclusive por observadores estrangeiros, como o diplomata Oliveira Lima, o que sugere que a disputa pela interpretação do sentido político da revolta era, ela mesma, parte central do conflito (Flores, 2003; Arias Neto, 2009).

A partir de 13 de setembro, as operações militares adquiriram caráter aberto, com o início dos ataques navais aos fortes litorâneos sob controle do Exército. A esquadra rebelde reunia dezesseis embarcações da Marinha de Guerra, além de quatorze navios mercantes requisitados compulsoriamente de companhias nacionais e estrangeiras, destinados ao apoio logístico das forças insurretas. Os bombardeios dirigidos aos sete fortes localizados em Niterói, então capital do estado do Rio de Janeiro, levaram à transferência da sede do governo estadual para a cidade serrana de Petrópolis, fora do alcance da artilharia naval. A capital fluminense somente retornaria ao litoral em 1903.

Para além das críticas à condução do governo Floriano Peixoto, acusado de aprofundar antagonismos regionais sem lograr a pacificação do país, a oficialidade da Marinha expressava um sentimento persistente de marginalização institucional frente ao Exército, corporação à qual pertenciam os dois primeiros presidentes republicanos. Nesse contexto, despachos telegráficos oriundos de Londres informavam que, já no dia 7, chefes revoltosos haviam deliberado pela restauração da monarquia, com Custódio de Melo deslocando-se para o Sul, enquanto Saldanha da Gama assumia o comando da esquadra no Rio de Janeiro, consolidando sua posição como liderança central do levante (Gazeta de Notícias 15 nov. 1893).

Embora constituíssem a maioria no interior da Marinha, os insurgentes da Armada não lograram mobilizar apoio popular significativo e encontraram resistência decisiva no Exército. Na capital federal e em diversos estados, milhares de jovens alistaram-se nos chamados Batalhões Patrióticos, organizados em defesa do governo presidencial (Saes, 2005). Esses contingentes, marcadamente nacionalistas e republicanos, admitiam o emprego da violência como meio legítimo de sustentação do poder florianista, direcionando sua hostilidade sobretudo contra estrangeiros — em especial os portugueses, que representavam cerca de 70% da população estrangeira do Rio de Janeiro segundo o censo de 1890 e ocupavam posição dominante em setores como o comércio e os transportes —, aos quais imputavam supostas conspirações contra a República (Carvalho, 1987; Saes, 2005). Autodenominados jacobinos, em referência direta à experiência revolucionária francesa, esses grupos adotavam o lema "O Brasil para brasileiros!", restringiam a militância de seus clubes a brasileiros natos e protagonizaram manifestações públicas de caráter ruidoso em teatros, praças e outros espaços urbanos (Queiroz, 1986; Saes, 2005).

Ainda, esses batalhões respondiam a duas lógicas distintas: os vinculados à "grande política" contavam com o financiamento de cafeicultores paulistas, enquanto os formados no espaço da "pequena política" surgiram do voluntariado espontâneo de camadas médias, tais como funcionários públicos, profissionais liberais, pequenos comerciantes, estudantes, como também de setores populares desempregados (Penna, 1996).

A figura dos jacobinos merece atenção historiográfica específica, pois seu papel na Revolta da Armada vai além do apoio circunstancial ao governo Floriano Peixoto. Conforme demonstrou Queiroz (1986), o jacobinismo brasileiro constituía um fenômeno político de contornos peculiares: combinava um republicanismo exaltado, de matriz positivista e militarista, com uma hostilidade visceral ao elemento estrangeiro e uma disposição para o uso da violência extralegal como instrumento de afirmação do regime. Esses grupos exerceram pressão sistemática sobre o governo federal para que adotasse medidas cada vez mais repressivas, criando um ambiente político em que a denúncia e a suspeição se tornavam instrumentos de poder cotidiano.

No contexto da Baía de Guanabara, essa cultura política jacobina teve consequências concretas sobre comunidades onde a presença estrangeira era expressiva. Municípios como Magé, que abrigavam imigrantes italianos, portugueses e de outras nacionalidades integrados ao comércio

local, tornaram-se espaços em que a retórica nacionalista e xenófoba dos apoiadores de Floriano Peixoto podia se materializar em violência direta. A destruição de propriedades e o saque de estabelecimentos comerciais pertencentes a estrangeiros não eram, portanto, atos isolados ou frutos de indisciplina militar aleatória: inscreviam-se em uma lógica política mais ampla que associava lealdade republicana à identidade nacional e tratava o estrangeiro como suspeito em potencial (Carvalho, 1990).

O respaldo ao presidente estendia-se igualmente às elites estaduais, com destaque para São Paulo, onde o Partido Republicano Paulista (PRP) exercia influência decisiva. Diante da incapacidade de impor controle sobre a capital federal, os revoltosos deslocaram suas forças para a região Sul do país, onde se desenrolava, simultaneamente, a Revolução Federalista.

No Sul, o conflito assumiu contornos típicos das disputas entre grupos dirigentes nos primeiros anos do regime republicano. No Rio Grande do Sul, o presidente estadual Júlio de Castilhos, líder do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) e um dos poucos governadores a contar com o apoio majoritário de sua bancada no Congresso Nacional, havia sustentado politicamente o marechal Deodoro da Fonseca em 1891. Com a ascensão de Floriano Peixoto à presidência, todos os chefes estaduais vinculados ao governo anterior foram destituídos, incluindo Castilhos. Estabeleceu-se, então, uma luta pelo controle do poder regional entre seus partidários e os seguidores de Gaspar Silveira Martins, organizados no Partido Federalista. Defensores do parlamentarismo e da revogação da Constituição estadual de inspiração positivista, federalistas e dissidentes do PRR recusaram a recomposição política entre Floriano Peixoto e Júlio de Castilhos. A recondução deste último ao governo estadual, em janeiro de 1893, contribuiu para a opção pelo enfrentamento armado.

Durante o deslocamento das forças navais rebeldes em direção ao Sul, parte da esquadra da Armada alcançou a cidade do Desterro, então capital de Santa Catarina. Custódio José de Melo tentou estabelecer um entendimento com os federalistas, mas as negociações não prosperaram. Paralelamente, o governo federal promoveu a aquisição emergencial de novas embarcações de guerra, que ficaram conhecidas, de forma depreciativa, como “frota de papel”. Em março de 1894, a insurreição encontrava-se definitivamente derrotada. Floriano Peixoto consolidou-se como a principal figura do regime republicano naquele momento, exercendo o poder até novembro do

mesmo ano, quando o transmitiu a Prudente de Moraes, primeiro presidente civil do Brasil, eleito com o apoio do Partido Republicano Paulista.

Ainda que integrada a um conjunto mais amplo de levantes que marcaram a última década do século XIX, a Revolta da Armada expôs as fraturas estruturais da República recém-instalada. Tornaram-se explícitos os antagonismos entre os marechais Deodoro da Fonseca e Floriano Peixoto, bem como os conflitos entre as instituições encarregadas de sustentar o novo regime, em especial a Marinha e o Exército, além das tensões entre o poder central e os governos estaduais.

Nesse quadro mais amplo de instabilidade política e militar, situam-se os confrontos travados no interior da Baía de Guanabara, com especial incidência no município de Magé. A localidade, integrada às rotas marítimas e terrestres que articulavam a capital federal ao Recôncavo da Guanabara e à região serrana, assumiu papel estratégico durante a Revolta da Armada. A observação desses embates em escala local permite compreender como um conflito de alcance nacional produziu impactos concretos sobre territórios periféricos ao centro político, afetando estruturas administrativas, dinâmicas econômicas e o cotidiano da população, ao mesmo tempo em que reafirmou a importância da Baía de Guanabara como teatro decisivo das tensões da Primeira República.

Magé no contexto fluminense: economia, sociedade e poder local

Fundada como vila em 1789 e erigida à categoria de cidade em 1857, Magé constituía, nas últimas décadas do Oitocentos, um município de perfil agroexportador, integrado aos caminhos de escoamento de gênero agrícola, sobretudo no que toca à economia cafeeira (Alonso, 2000; Santos, 1957; Sampaio, 1994). Sua posição geográfica no interior da Baía de Guanabara, a leste da capital imperial, conferia-lhe papel de articulação entre as regiões produtoras da serra fluminense e o porto do Rio de Janeiro.

A economia local era sustentada predominantemente pela produção de alimentos para abastecimento interno, embora o município contasse também com atividades comerciais e manufatureiras de porte modesto. A população era composta por uma maioria de trabalhadores rurais, parte deles descendentes de escravizados libertos pela Lei Áurea de 1888, e por um setor

mercantil urbano diversificado, que incluía comerciantes nacionais e imigrantes europeus, especialmente italianos e portugueses.

Essa composição social multifacetada tornava Magé um espaço de tensões cotidianas decorrentes das transformações do trabalho livre no pós-abolição, processo que a historiografia local já associava ao declínio agrícola do município no final do Oitocentos (Fernandes, 1962) e que, no caso mageense, se deu por meio de um "definhamento lento e inexorável" da antiga estrutura escravista, com o recrutamento da mão de obra livre viabilizado sobretudo pelo arrendamento e pela cessão de terras por parte da elite agrária local (Sampaio, 1994), acrescidas das incertezas políticas trazidas pela proclamação da República em 1889 (Carvalho, 1987).

No plano político, a transição para a República implicou a reorganização das elites locais em torno do Partido Republicano Fluminense, que disputava a lealdade dos chefes municipais e das lideranças coronelistas com grupos vinculados ao antigo regime monárquico. A relação entre o poder local e o governo estadual era mediada por uma rede de compromissos, favores e pressões que caracterizava o que se convencionou denominar "política dos governadores" (Carone, 1971), embora essa denominação seja mais precisa para o período posterior a 1898, quando o termo foi consolidado a partir da presidência de Campos Sales, e seu alcance interpretativo tenha sido posteriormente relativizado (Viscardi, 2016; Lamarão, 1989, p. 101-103), ainda que a lógica de fundo, de um estamento burocrático-patrimonial que atravessa mudanças de regime sem alterar sua relação de apropriação do Estado, tenha sido classicamente descrita por Faoro (2012).

A localização de Magé assumia ainda relevância estratégica do ponto de vista militar. O acesso terrestre à Raiz da Serra da Estrela, caminho que subia em direção a Petrópolis e à região serrana, passava pelo território mageense, no distrito de Inhomirim. A Fábrica de Pólvora da Estrela, instalação militar de importância capital para o abastecimento das forças governamentais, situava-se precisamente nesse eixo, transferida para o local em 1826, após comissão de engenheiros considerar a posição estratégica, mais segura frente a ameaças navais como a protagonizada pelo almirante francês Roussin em 1828, e mais bem posicionada no eixo do Caminho Novo rumo a Minas Gerais, afastada do litoral e da vulnerabilidade a invasões, ideal para a produção (Moreira, 2005; Oliveira Junior, 2026). Controlar Magé significava, portanto, controlar o acesso a um recurso estratégico indispensável à condução das operações militares na Baía de Guanabara. Não por acaso, a cidade

seria palco de uma das operações mais significativas da Revolta da Armada no interior do estado do Rio de Janeiro.

Um telegrama de 20 de fevereiro de 1894, dirigido ao marechal Floriano Peixoto, dá a medida concreta desse risco: os revoltosos que ocupavam Magé haviam prendido e conduzido a bordo o juiz municipal e o promotor público da cidade, ao mesmo tempo em que recrutavam gente, aumentavam suas forças e se abasteciam de víveres, gado e lenha na região. Segundo o telegrama, os insurgentes penetravam "ousadamente" léguas de distância do litoral e poderiam alcançar a Fábrica de Pólvora, causando sérios danos por caminhos alternativos aos guardados pela tropa legalista — risco que se estendia a Petrópolis e Teresópolis. O próprio remetente admitia a fragilidade das forças disponíveis para conter o avanço: o batalhão da Guarda Nacional de Petrópolis estava incompleto e desertaria se empregado, e o batalhão de Pilar, também incompleto e armado apenas com fuzis Minié, não teria como guarnecer o litoral entre Magé e Mauá nem oferecer resistência efetiva³. Esse documento confirma, a partir de fonte direta e contemporânea aos fatos, que a ameaça à Fábrica de Pólvora da Estrela não era uma hipótese abstrata dos comandantes florianistas, mas um risco operacional concreto, agravado pela própria debilidade das forças legalistas disponíveis na região.

O ambiente político local às vésperas da revolta era de acentuada polarização. A chegada da República havia desarticulado a ordem estabelecida pelo Partido Liberal, que dominara a política municipal durante o Império. A nova configuração política favorecia grupos ligados ao Partido Republicano, mas a disputa pelo controle da intendência municipal era acirrada, refletindo em escala local as mesmas tensões que dividiam republicanos históricos, militaristas florianistas e setores simpáticos à tradição monárquica em âmbito nacional. Essa fragmentação tornaria a posição de Magé particularmente vulnerável diante da chegada de forças insurgentes com capacidade de mobilizar apoios políticos heterogêneos.

A imprensa fluminense do período registrava com frequência os conflitos políticos municipais de Magé, o que indica que a cidade não era uma comunidade isolada ou alheia aos debates nacionais. A circulação de periódicos como a *Gazeta de Notícias* e o *Jornal do Brasil* no interior do estado (Ferreira; Montalvão, 2019) assegurava que a população letrada, tais como comerciantes,

³ BRASIL. Arquivo Nacional. Telegrama enviado a Floriano Peixoto sobre a situação em Magé. Fundo BR RJANRIO Q6.GLE.COR, TEL.128. Niterói, 20 fev. 1894.

funcionários públicos, profissionais liberais, acompanhasse de perto os desdobramentos da crise política na capital federal e interpretasse os acontecimentos locais à luz desse contexto mais amplo. A presença de correspondentes e colaboradores provinciais nessas publicações garantia, reciprocamente, que os eventos de municípios como Magé chegassem ao conhecimento do público carioca, inserindo a cidade no circuito de informações que alimentava o debate político republicano.

Do ponto de vista das relações de trabalho, Magé vivia em 1893 as transformações profundas trazidas pela abolição da escravidão, ocorrida apenas cinco anos antes. A incorporação dos trabalhadores libertos ao mercado de trabalho livre se dava de forma precária e conflituosa, com a permanência de relações de dependência pessoal e de formas de coerção extraeconômica que replicavam, sob nova roupagem, a hierarquia social do período escravista (Sampaio, 1994). Nesse contexto, a chegada de tropas armadas, tanto insurgentes quanto governamentais, adquiria dimensões específicas para os segmentos mais vulneráveis da população local: trabalhadores rurais, ex-escravizados, imigrantes recém-chegados, todos sujeitos a requisições forçadas de bens, trabalho compulsório e violência arbitrária sem mecanismos eficazes de proteção ou recurso. A infraestrutura de transportes de Magé era, por si só, um fator que ampliava a exposição do município às tensões do conflito (Sampaio, 1994; Alonso, 2000).

Vereadores, intendentes e comerciantes precisavam tomar partido ou ao menos demonstrar lealdade ativa ao grupo que controlava o território naquele momento, sob o risco de serem tratados como opositores ou colaboradores do inimigo. Essa lógica de polarização forçada, bem documentada em outros conflitos civis da Primeira República, como a Revolução Federalista no Sul, impunha custos políticos e pessoais elevados a qualquer habitante que tentasse manter distância das facções em confronto.

Magé nos conflitos da Baía de Guanabara, ou os “Horrores de Magé”

A denúncia dos excessos cometidos em Magé chegou ao público por meio de uma série de reportagens do Jornal do Brasil intitulada "Os Horrores de Magé", cuja primeira matéria, publicada em 5 de janeiro de 1895, relatava a origem da apuração: uma carta anônima recebida pela redação em 31 de dezembro de 1894, denunciando "os actos vergonhosos praticados em Magé, bem como os

assassinatos e outros actos vandálicos ali praticados por ordem do coronel Godolphim"⁴. O episódio já foi discutido em outros trabalhos (Vieira, 2005; Ribeiro, 2015), mas sem o cotejamento com a narrativa legalista, com base nos telegramas enviados ao Floriano Peixoto. O presente artigo dialoga com essa produção, mas propõe um deslocamento de foco: em vez de reconstituir os 'Horrores' como episódio isolado, busca situá-los na trama mais ampla das disputas políticas nacionais da Revolta da Armada e nos mecanismos de controle territorial, violência e construção da memória republicana que atravessaram o caso mageense.

Diante da gravidade das acusações, e por lhe "parecerem impossíveis as alegações da carta", o jornal enviou um repórter à cidade em 2 de janeiro de 1895, quase dez meses após os fatos, para apurar "de visu e por interviews com as pessoas mais conspícuas de lá" o que havia de verdade na ocupação das forças legais em Magé¹. O próprio texto de abertura da série já antecipava o tom crítico que marcaria toda a cobertura: reconhecia que o jacobinismo violento fora responsável por "actos vandálicos" em outras localidades (Santa Catarina, Recife, Sepetiba), mas denunciava que autoridades ligadas ao governo legal, "trahindo o santo principio da defesa da lei, se convertessem em emulos dos degoladores". numa crítica que, embora poupasse o marechal Floriano Peixoto de responsabilidade direta, recaía precisamente sobre o comandante responsável pela retomada de Magé.

Fructuoso Leite, comerciante estabelecido próximo de Magé, encaminhou ao Jornal do Brasil um testemunho no qual denunciava os excessos cometidos por tropas sob o comando de Floriano Peixoto (Jornal do Brasil 15 maio 1895). Segundo seu relato, poucos dias após a tomada de Magé, soldados dirigiram-se ao seu estabelecimento, arrombaram o imóvel e promoveram o saque de mercadorias e bens, inutilizando móveis e objetos que não lhes interessavam, além de causar danos deliberados, como a quebra da torneira de uma pipa de aguardente. Leite avaliava seus prejuízos em mais de três contos de réis e enfatizava não ter tido qualquer participação na Revolta da Armada, atribuindo sua condição de vítima ao fato de ser estrangeiro, de origem italiana, e de não possuir instrução formal, circunstâncias que, segundo afirmava, o mantinham alheio aos acontecimentos políticos locais.

Desde novembro de 1893, forças da Marinha alinhadas ao movimento da Revolta da Armada ocuparam militarmente a cidade de Magé, sob o comando do primeiro-tenente José Augusto

⁴ OS HORRORES de Magé. Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 05 jan. 1895.

Vinhaes. Em decorrência dessa ocupação, parte significativa da população local abandonou a cidade, buscando refúgio em Petrópolis, Teresópolis e em outras localidades do estado do Rio de Janeiro.

A ocupação de Magé pelos revoltosos revelou-se, segundo o relato do próprio Jornal do Brasil colhido junto a moradores da cidade, menos violenta do que a designação "Horrores de Magé" sugere à primeira vista. Vinhaes, tendo como secretário o dr. Clímaco Barbosa, buscou deliberadamente angariar simpatias na população, proclamando garantias à propriedade, à vida e à liberdade dos mageenses; o comércio funcionou regularmente, com a esquadra pagando, muitas vezes a preços exorbitantes, segundo os próprios moradores, pelo gado e os legumes de que se abastecia, e ao menos um soldado que furtara uma galinha foi punido e recolhido à cadeia local. O comerciante Joaquim Rocha chegou a colaborar com Vinhaes na formação de um "batalhão patriótico" de apoio aos revoltosos⁵. Diante dessa relativa acomodação, parte da população que inicialmente fugira para Petrópolis e Teresópolis retornou à cidade antes mesmo do fim da ocupação. As autoridades civis, contudo, recusaram-se a aderir ao novo poder instalado: o juiz municipal e o promotor público retiraram-se da comarca, só regressando dias após a retomada da cidade.

A formação desse batalhão merece exame mais detido, pois revela menos uma adesão ideológica à causa da Armada do que uma estratégia de sobrevivência econômica imposta pela própria ocupação. Sua base social era a população pobre de Magé, majoritariamente lenhadores e pescadores que, com o bloqueio do mar pela esquadra e a proibição governamental de comércio de gêneros com outras localidades, viram-se privados de sua única fonte de subsistência. Diante da escassez de recursos e da alta generalizada de preços, Vinhaes e Rocha recrutaram cerca de cem homens mediante paga diária de 3\$000 réis e alimentação para si e a família, remuneração descrita como sedutora frente aos poucos serviços exigidos em troca, limitados a vigilância, transporte de gêneros e transmissão de ordens, sem embarque nos navios revoltosos nem função de combate⁶. Significativamente, o elemento social e economicamente mais abastado da cidade não aderiu ao batalhão nem à causa revoltosa por qualquer ato exterior, ainda que parte dele nutrisse simpatias veladas pelo movimento.

⁵ OS HORRORES de Magé (continuação). Jornal do Brasil, Rio de Janeiro, 06 jan. 1895.

⁶ OS HORRORES de Magé (continuação). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 07 jan. 1895.

O quadro de desagregação da autoridade local pode ser reconstituído com mais precisão a partir de telegrama enviado pelo próprio presidente do Estado, José Tomás da Porciúncula, ao marechal Floriano Peixoto. Segundo o documento, a população de Magé e de Suruí fugia em pânico diante da presença dos revoltosos, que haviam chegado com o sargento Alcino nas proximidades da Fábrica de Pólvora da Estrela e alcançado Teresópolis, no alto da serra; as prisões do juiz municipal e do promotor público teriam levado as próprias autoridades policiais e os vereadores municipais a abandonarem a cidade, temendo saques e violências⁷.

Chama a atenção o contraste entre esses dois registros, sendo versões antagônicas de ambos os lados do conflito. Enquanto o relato colhido pelo Jornal do Brasil junto aos próprios mageenses, quase um ano depois dos fatos, segundo o repórter, descreve uma ocupação relativamente acomodada, como o comércio funcionando, população retornando ao lar, revoltosos disciplinados, o telegrama de Porciúncula, contemporâneo aos acontecimentos e datado de 2 de fevereiro de 1894, descreve uma população em pânico e a fuga generalizada das próprias autoridades constituídas. A contradição talvez seja apenas aparente. É plausível que a ocupação tenha atravessado fases distintas, com um período inicial de acomodação (novembro-dezembro de 1893), tal como reconstituído pela memória dos entrevistados em 1895, sucedido por uma escalada de tensão nas semanas que antecederam a retomada, à medida que a aproximação das forças legalistas, e talvez o próprio esgotamento dos recursos locais disponíveis para o abastecimento da esquadra, tornava a posição dos revoltosos mais precária e, por conseguinte, mais coercitiva sobre a população. O que parece mais verossímil, contudo, é que a divergência entre os dois relatos reflita também uma disputa de narrativas sobre o próprio significado do conflito em Magé.

Diante da situação, é enviado a partir da Câmara de Magé ofícios tanto ao presidente do Estado quanto ao ministro da Guerra, solicitando a intervenção das forças governamentais para desalojar os revoltosos. A resposta veio em 21 de fevereiro de 1894, quando um contingente de cavalaria do Exército, acompanhado pelo 10º Batalhão de Infantaria da Guarda Nacional, partiu em direção a Magé; o combate decisivo e a retomada da cidade ocorreram na madrugada do dia seguinte, 22 de fevereiro, conforme relatado pelo próprio coronel Godolphim.

⁷ BRASIL. Arquivo Nacional. Telegrama de José Tomás da Porciúncula ao marechal Floriano Peixoto. Fundo BR RJANRIO Q6.GLE.COR, TEL.128. Rio de Janeiro, 2 fev. 1894.

Apenas em 22 de fevereiro de 1894 que Porciúncula comunicou que o coronel Godolphim havia batido parte dos revoltosos. A partir da estação do telégrafo de Raiz da Serra chegou o panorama do fim da batalha em Magé, com o relatório do coronel Godolphim dos feitos contra os revoltosos:

Congratulo-me com Vossa Excelência pelo êxito da comissão que me foi confiada. Na madrugada de hoje, tomei Magé, sendo necessário, antes, apoderar-me de três trincheiras, duas delas artilhadas. Os revoltosos sofreram grandes perdas, com muitos mortos deixados no local. Apreendi duas peças de artilharia, carabinas, munições, fardamento da Armada e uma bandeira portuguesa. Coloquei em liberdade um soldado do Corpo de Engenheiros e civis que se encontravam prisioneiros. Tivemos muitos feridos e um morto. Perdemos cinco cavalos; solicito, com a máxima urgência, o envio de ambulância e médico. Um marinheiro caiu em nosso poder e declarou que o encouraçado Aquidabã, após seguir para o sul, rumava ao norte com o objetivo de atacar a esquadra. Farei tudo para manter a posição. Aguardo instruções urgentíssimas. Tenho em meu poder correspondência da esquadra. Viva a República! Viva o Exército! Viva a Pátria! Viva o Marechal Floriano!⁸

Os três meses de ocupação de Magé pelas forças de Vinhaes deixaram marcas que as fontes disponíveis apenas permitem entrever. O deslocamento da população, a interrupção das atividades comerciais e agrícolas, o bloqueio das comunicações, todos esses elementos sugerem um quadro de crise que provavelmente afetava a arrecadação municipal, o abastecimento de gêneros e a prestação de serviços básicos. Nas condições de um poder local frequentemente frágil diante das oligarquias estaduais e das forças militares na Primeira República (Leal, 1993), a ausência de uma câmara municipal em pleno funcionamento durante o período de ocupação tenderia a suspender ou transferir para os ocupantes decisões sobre impostos, contratos e obras, criando um vácuo institucional cuja superação demandaria esforço das autoridades republicanas após a retomada.

A mesma preocupação em preservar as aparências de legalidade transparece no episódio da abertura do cofre da Câmara Municipal, ocorrida em 14 de fevereiro de 1894 por ordem de Vinhaes. Na presença do vice-presidente da Câmara, de seu secretário, do fiscal municipal, do procurador e de outras autoridades locais convocadas para o ato, foi lavrado um termo formal, assinado por todos os presentes, registrando o conteúdo do cofre: apólices e recursos pertencentes à Casa de Caridade local, que Vinhaes determinou permanecerem sob a guarda do vice-presidente da Câmara; apólices de propriedade do procurador municipal, que lhe foram devolvidas; e cerca de quinze contos de réis

⁸ BRASIL. Arquivo Nacional. Telegrama do coronel Manoel Joaquim Godolphim ao marechal Floriano Peixoto. Fundo BR RJANRIO Q6.GLE.COR, TEL.128. Raiz da Serra, 22 fev. 1894.

em recursos municipais, estes sim requisitados para custear as operações da "esquadra libertadora"⁹.

O coronel Godolphim, em defesa publicada meses depois, contestaria essa versão formalizada, tratando o episódio como saque vergonhoso comandado por Vinhaes e Rocha, indicando que de que a disputa sobre a legalidade do ato não se limitava aos dois lados do conflito, mas atravessava também a narrativa legalista, como dito pelo próprio: "saque houve, é verdade, mas esse foi verdadeiramente vergonhoso por ter sido feito pelo commandante das forças saldanhistas [...] abriram o cofre e delle retiraram a quantia de 16:000\$, que entregaram ao chefe militar Vinhaes¹⁰".

Essa retórica de autojustificação, que buscava eximir o comandante de qualquer responsabilidade pelo saque, conviveria sem maiores tensões com a construção pública de sua figura como herói da causa republicana, processo já anunciado no tom triunfante do telegrama por ele mesmo enviado a Floriano Peixoto logo após a retomada da cidade. Consolidava-se, assim, a imagem do coronel Manoel Joaquim Godolphim como um dos heróis da República por ter repellido os revoltosos em Magé, tal como registrado no relatório apresentado ao vice-presidente da República pelo encarregado do Ministério da Guerra, em maio de 1894:

É também digno de especial menção o modo brilhante porque se houveram as forças expedicionárias sob o commando do Coronel Manoel Joaquim Godolphim, que libertaram de Magé do poder dos revoltosos, repelindo-os daquela localidade, de onde tiravam grande somma de recursos. Nessa expedição ficou mais uma vez demonstrado o papel importante que cabe a arma de cavalaria nas operações de guerra, que tem por fim desalojar o inimigo de posições em que se ache colocado¹¹.

Após os conflitos e dando maiores detalhes para a Assembleia Legislativa, o presidente da Província enviou uma mensagem no dia 1 de agosto de 1894. O conteúdo da mensagem girava em torno da Revolta da Armada e seus desdobramentos, e citando a cidade de Magé, aponta:

A cidade de Magé, um pequeno núcleo de população trabalhadora e modesta, chegou a ser tomada, o que tornou necessária minha atuação ali, assim como em Niterói, em apoio ao Governo da União, para expulsar os invasores. Em 21 de fevereiro, houve combate na cidade, e as forças ocupantes foram postas em fuga precipitada, abandonando a posição

⁹ OS HORRORES de Magé (continuação). **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 14 jan. 1895.

¹⁰ OS HORRORES de Magé (continuação): a defesa do coronel Godolphim. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 17 jan. 1895.

¹¹ BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatorio apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas e encarregado do expediente do Ministerio da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, maio 1894. p. 5.

que haviam conquistado, a partir da qual ameaçavam atacar a Fábrica de Pólvora situada na Raiz da Serra da Estrela, acesso a esta cidade, que naquela ocasião já era a Capital Provisória do Estado¹².

A intervenção em Magé demonstra como os conflitos de alcance nacional tiveram repercussões diretas em localidades periféricas da capital provincial, envolvendo comunidades pequenas e de trabalhadores em confrontos militares. A ocupação temporária da cidade pelos insurgentes revelou a vulnerabilidade de núcleos urbanos modestos e reforçou a relevância estratégica de Magé, sobretudo pelo controle do acesso à Raiz da Serra da Estrela, onde se situava a Fábrica de Pólvora, instalação de importância central para a defesa da capital provisória. O combate ocorrido em 21 de fevereiro, que resultou na retirada precipitada das forças revoltosas, ilustra a articulação entre autoridades estaduais e forças federais na manutenção do governo republicano e expõe como a disputa pelo poder, embora concentrada em centros políticos e militares do Rio de Janeiro, se desdobrou em territórios menores, impondo consequências imediatas sobre a população local e sobre a configuração espacial do conflito.

Repressão, vítimas civis e a construção da memória republicana em Magé

A análise dos testemunhos e documentos relativos aos eventos em Magé impõe uma reflexão cuidadosa sobre a natureza da violência exercida tanto pelas forças insurgentes quanto pelas tropas governamentais. Se a narrativa oficial, expressa nos relatórios militares e nas mensagens presidenciais, privilegia a dimensão heroica da reconquista republicana, os registros provenientes de outras perspectivas, em especial o testemunho de Fructuoso Leite, indicam um quadro de sofrimento civil que a retórica triunfante procurava silenciar.

O relato de Fructuoso Leite, publicado no Jornal do Brasil em maio de 1895, cerca de um ano após os eventos, é revelador por diversas razões. Em primeiro lugar, pela identidade do depoente: um comerciante de origem italiana, imigrante, que se autodefine como alheio à política e ao conflito. Essa posição de suposta neutralidade é ela própria um dado analítico: diante da polarização violenta entre florianistas e revoltosos, a declaração de apartidismo funcionava como

¹² RIO DE JANEIRO (Estado). **Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente Dr. José Thomaz da Porciúncula na 3.^a e última sessão ordinária da 1.^a legislatura, em 1.^o de agosto de 1894.** Petrópolis: Typographia Werneck, 1894. p. 10.

estratégia retórica de proteção, como recurso de legitimação da queixa perante a opinião pública letrada. Leite sabia que, para ser ouvido, precisava se apresentar como vítima inequívoca, incapaz de ser associada a nenhum dos lados do conflito (Jornal do Brasil, 15 maio 1895).

Em segundo lugar, o testemunho é revelador pelas práticas que descreve. O arrombamento do estabelecimento comercial, o saque de mercadorias, a inutilização deliberada de bens e a quebra proposital da torneira de uma pipa de aguardente sugerem um padrão de violência que vai além da necessidade militar. Trata-se de atos de destruição simbólica, de afirmação de poder sobre o espaço físico e sobre os corpos e propriedades do outro. Esse padrão é compatível com o que a historiografia sobre a violência na Primeira República identifica como prática recorrente de tropas mal pagas e pouco disciplinadas em zonas de conflito, independentemente de sua filiação política (Queiroz, 1986).

Em terceiro lugar, a menção à origem estrangeira de Leite remete a um aspecto decisivo da cultura política do período florianista. Os batalhões, mobilizados em defesa do marechal Floriano Peixoto na capital federal, direcionavam sua hostilidade prioritariamente contra os estrangeiros, aos quais imputavam lealdades monárquicas ou simplesmente uma indiferença suspeita ao destino da República. No interior do estado do Rio de Janeiro, essa xenofobia difusa podia traduzir-se em violência concreta contra imigrantes como Leite, mesmo quando estes não tinham qualquer envolvimento com os revoltosos. O comerciante italiano tornava-se, assim, uma vítima colateral de uma cultura política que confundia diferença e suspeita.

A ocupação de Magé pelo primeiro-tenente José Augusto Vinhaes merece atenção particular. Vinhaes era uma figura politicamente ativa: tinha vinculações com o movimento operário carioca e exerceria mandato parlamentar nos anos seguintes, o que indica que a Revolta da Armada atraiu figuras de perfil ideológico diverso, unidas mais pela oposição ao florianismo do que por um projeto político coerente. Sua atuação em Magé permanece pouco documentada nas fontes disponíveis, mas a duração da ocupação, aproximadamente três meses, de novembro de 1893 a fevereiro de 1894, sugere que a cidade foi efetivamente administrada pelos insurgentes durante esse período, o que implicava a imposição de sua autoridade sobre a população local, a coleta de recursos e a repressão a eventuais resistências.

A cobertura da imprensa carioca sobre os eventos em Magé merece uma análise cuidadosa, pois os jornais não eram atores neutros no conflito. A Gazeta de Notícias e outros periódicos alinhados ao governo florianista tendiam a minimizar as violências cometidas pelas tropas governamentais e a amplificar os excessos atribuídos aos insurgentes.

O Jornal do Brasil, por sua vez, mantinha uma postura editorial mais crítica ao florianismo, postura reconhecida já pelos contemporâneos: logo nos primeiros meses do governo Floriano, o próprio Diário Oficial acusou o periódico de contrariar frontalmente os interesses da República em sua primeira grande campanha de repercussão (Sodré, 1999). O jornal, aliás, seria posteriormente alvo de ameaças do jacobinismo mais exaltado, o que explica em parte por que o testemunho de Frutuoso Leite foi publicado naquele periódico e não em outros.

A retomada da cidade pelas forças do coronel Godolphim em 22 de fevereiro de 1894 foi imediatamente transformada em episódio de memória republicana. O relatório de Godolphim, com suas aclamações finais — “Viva a República! Viva o Exército! Viva a Pátria! Viva o Marechal Floriano!” — exemplifica com clareza o processo de construção simbólica do heroísmo militar em torno da figura de Floriano Peixoto. Esse documento não é apenas um relato factual de uma operação militar: é simultaneamente um ato de fidelidade política, uma declaração de pertencimento ao campo florianista e uma reivindicação de participação na narrativa fundacional da República. A menção específica ao coronel pelo relatório do Ministério da Guerra como digno de “especial menção” confirma que a batalha de Magé foi incorporada ao panteão de feitos republicanos, conferindo prestígio e reconhecimento institucional ao seu comandante.

O quadro apresentado pelo presidente Porciúncula à Assembleia Legislativa, em agosto de 1894, completa o arco da narrativa oficial. Ao descrever Magé como “um pequeno núcleo de população trabalhadora e modesta” que havia sido tomado pelos insurgentes, o presidente estadual reforçava a imagem de uma comunidade frágil e indefesa que precisou ser salva pela intervenção do poder republicano. Essa caracterização não era neutra: ao mesmo tempo em que valorizava a ação das forças governamentais, apagava a agência política dos próprios habitantes de Magé, reduzindo-os a meros objetos da disputa entre forças externas. A população local desaparecia como sujeito histórico na narrativa do governante, tornando-se pano de fundo de uma história cujos protagonistas eram os militares e os agentes do Estado. Esse apagamento discursivo da agência popular não é

exclusivo de Magé. Castro (2004) demonstra como narrativas oficiais similares, produzidas nos primeiros anos da República, sistematicamente desqualificaram a ação política de soldados e populares revoltosos como mera 'arruaça', embriaguez ou aliciamento por terceiros — um mecanismo retórico que, ao negar intencionalidade política aos de baixo, reafirmava o monopólio da agência histórica nas mãos do Estado e de seus representantes.

Considerações finais

O estudo da Revolta da Armada em Magé permitiu demonstrar como um conflito de escala nacional produziu repercussões profundas e duradouras em um município de dimensões modestas, situado na periferia dos centros de poder político e militar. A análise empreendida neste artigo evidencia que a história local não é um mero reflexo da história nacional, mas um campo de observação privilegiado que revela as mediações, tensões e especificidades que a narrativa dos grandes acontecimentos frequentemente obscurece.

A ocupação de Magé pelo primeiro-tenente Vinhaes, entre novembro de 1893 e fevereiro de 1894, e sua subsequente reconquista pelas forças do coronel Godolphim não devem ser interpretadas como um episódio militar isolado. Tais eventos inscreviam-se, antes, em uma disputa mais ampla pelo controle do território fluminense, cujos desdobramentos possuíam implicações diretas tanto para o acesso à Fábrica de Pólvora da Estrela quanto para a segurança da capital provisória do estado, Petrópolis. A dimensão estratégica assumida por Magé no contexto da Revolta da Armada explica, a um só tempo, a decisão dos insurgentes de ocupar a cidade e a resposta enérgica empreendida pelas forças governamentais para retomá-la.

Do ponto de vista das populações civis, o conflito impôs custos imensuráveis. O êxodo temporário de parte dos habitantes, as perdas materiais sofridas por comerciantes como Frutuoso Leite e a violência indiscriminada das tropas sobre propriedades e pessoas revelam que a guerra civil não poupa os setores mais vulneráveis da sociedade, mesmo quando estes não têm qualquer envolvimento com as causas políticas em disputa. O testemunho de Leite, em particular, expõe a dimensão xenófoba da cultura política florianista, que associava estrangeiros à deslealdade republicana e os tornava alvos privilegiados da violência extraoficial.

Esse aspecto do conflito em Magé aponta para uma questão mais ampla sobre os limites da cidadania republicana no Brasil do final do século XIX. A proclamação da República em 1889 havia introduzido um novo vocabulário político, centrado nos conceitos de liberdade, igualdade e representação, mas esse vocabulário coexistia com práticas de exclusão e violência que contradiziam frontalmente seus princípios. Para os imigrantes italianos como Frutuoso Leite, para os trabalhadores rurais descendentes de escravizados, para as famílias que abandonaram seus lares em busca de segurança, a República não se apresentava como uma promessa de proteção e direitos, mas como um campo de forças no qual eram objetos de decisões tomadas por outros. Essa persistência de estruturas de poder que atravessam a mudança de regime, do Império à República, sem se democratizarem substancialmente é o cerne da tese de Faoro (2012) sobre a formação do patronato político brasileiro, e Magé, em 1893-1894, oferece um caso concreto e localizado dessa continuidade estrutural.

A documentação analisada aponta igualmente para os mecanismos de produção da memória republicana. O relatório do coronel Godolphim e a mensagem do presidente Porciúncula à Assembleia Legislativa constroem uma narrativa em que a reconquista de Magé figura como feito heroico, confirmando o papel das Forças Armadas como guardiãs da ordem republicana. Essa narrativa não apenas celebrava uma vitória militar específica, mas também contribuía para a legitimação do regime florianista em um momento de contestação de sua legalidade e de sua capacidade de governar. Magé tornou-se, assim, um símbolo menor mas significativo da construção da memória republicana no Brasil do final do século XIX.

A perspectiva historiográfica adotada neste artigo, articulando história local e história nacional com recurso a fontes primárias de natureza diversa, demonstra que o estudo de municípios periféricos como Magé é indispensável para uma compreensão mais completa e nuançada da Primeira República Brasileira. As cidades pequenas e médias não foram apenas cenários passivos dos conflitos que agitavam os centros do poder: foram também espaços de agência política, resistência, sofrimento e negociação, cujas experiências enriquecem e complexificam a história que conhecemos. Pesquisas futuras que mobilizem documentação de arquivos municipais, registros paroquiais e cartoriais de Magé poderão ampliar significativamente o quadro aqui esboçado, revelando novas dimensões de uma história ainda parcialmente escrita.

Por fim, este estudo aponta para a necessidade de uma agenda de pesquisa mais sistemática sobre os impactos da Revolta da Armada nos municípios do estado do Rio de Janeiro. A concentração da historiografia nos acontecimentos da capital federal e do litoral carioca deixou na penumbra uma multiplicidade de experiências locais que, tomadas em conjunto, podem modificar substancialmente nossa compreensão do conflito e de seus desdobramentos políticos, sociais e econômicos. Magé é apenas um ponto de partida nessa agenda mais ampla.

Referências bibliográficas

ABREU, Guilherme Mattos de. A Revolta da Armada (1893). **Revista do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil**, Rio de Janeiro, ano 83, n. 112, p. 34–58, número especial, 2024.

ALONSO, José Inaldo. **Notas para a História de Magé**. Niterói: Edição do Autor, 2000.

ARIAS NETO, José Miguel. A Marinha e o fim da monarquia: notas de pesquisa. **Militares e Política**, n. 5, p. 28-46, jul./dez. 2009.

CARONE, Edgard. **A República Velha (II): evolução política (1889-1930)**. São Paulo: Difel, 1971.

BONAVIDES, Paulo; AMARAL, Roberto. **Textos políticos da história do Brasil**. 3. ed. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2002. v. 3.

BRASIL. Arquivo Nacional. Telegramas informando sobre a Revolta da Armada e a situação em Magé (jan.-fev. 1894). Fundo BR RJANRIO Q6.GLE.COR, TEL.128.

BRASIL. Ministério da Guerra. **Relatorio apresentado ao Vice-Presidente da República dos Estados Unidos do Brazil pelo General de Brigada Bibiano Sergio Macedo da Fontoura Costallat, Ministro de Estado da Industria, Viação e Obras Públicas e encarregado do expediente do Ministerio da Guerra**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, maio 1894.

GAZETA DE NOTÍCIAS. Rio de Janeiro, 15 de novembro de 1893, ed. 00318. p. 1. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 4 fev. 2026.

CARDOSO, Fernando H. Dos governos militares a Prudente - Campos Sales. In: FAUSTO, Boris (Dir.). **História Geral da Civilização Brasileira**. Vol. 8, tomo III. O Brasil republicano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

CARVALHO, José Murilo de. **Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CASTRO, Celso. Revoltas de soldados contra a República. In: CASTRO, Celso; IZECKSOHN, Vitor; KRAAY, Hendrik (Orgs.). **Nova história militar brasileira.** Rio de Janeiro: Editora FGV; Bom Texto, 2004.

FAORO, Raymundo. **Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro.** 5. ed. São Paulo: Globo, 2012.

FERNANDES, Antônio de Paiva. **Magé durante o Segundo Império e os primeiros tempos da República: a história de uma abnegada mulher.** Rio de Janeiro: s/ed, 1962.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. Jornal do Brasil. In: **Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro.** Rio de Janeiro: CPDOC/FGV. Disponível em: <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/jornal-do-brasil>. Acesso em: 24 ago. 2026.

FLORES, Elio Chaves. A consolidação da República: rebeliões de ordem e progresso. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). **O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

JORNAL DO BRASIL. Rio de Janeiro, Diversos anos. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital>. Acesso em: 24 ago. 2026.

LAMARÃO, Sérgio T. N. Crise e renovação. In: FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). **A república na velha província: oligarquias e crise no estado do Rio de Janeiro (1889-1930).** Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1989. p. 91-115.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil.** 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1993.

MOREIRA, Alinnie Silvestre. **Liberdade tutelada: os africanos livres e as relações de trabalho na Fábrica de Pólvora da Estrela, Serra da Estrela-RJ (c. 1831-c. 1870).** Dissertação (Mestrado em História Social da Cultura) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

OLIVEIRA JUNIOR, Carlito Lopes de. **A Vila de Estrela no Recôncavo da Guanabara: produção, mercado e escravidão no século XIX.** Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2026.

PENNA, Lincoln de Abreu. O Progresso da Ordem: o florianismo na lógica do consenso mínimo. **LOCUS: revista de história,** Juiz de Fora, v. 2, n. 2, p. 25-36, 1996.

QUEIROZ, Suely Robles Reis de. **Os radicais da República: jacobinismo: ideologia e ação, 1893–1897.** São Paulo: Brasiliense, 1986.

RIBEIRO, Felipe Augusto dos Santos. **A foice, o martelo e outras ferramentas de ação política: os trabalhadores rurais e têxteis de Magé/RJ (1956-1973)**. Tese (Doutorado em História, Política e Bens Culturais) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2015.

RIO DE JANEIRO (Estado). **Mensagem enviada à Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro pelo presidente Dr. José Thomaz da Porciúncula na 3.^a e última sessão ordinária da 1.^a legislatura, em 1.^o de agosto de 1894**. Petrópolis: Typographia Werneck, 1894. Disponível em: <https://digitalcollections.crl.edu/>. Acesso em: 25 jan. 2026.

SAES, Guillaume Azevedo Marques de. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o florianismo**. 2005. Dissertação (Mestrado em História Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. **Magé na crise do escravismo: sistema agrário e evolução econômica na produção de alimentos (1850-1888)**. 1994. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1994.

SANTOS, Renato Peixoto dos. **Magé: a terra do Dedo de Deus**. Magé: [s.n.], 1957.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da imprensa no Brasil**. 4. ed. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

VIEIRA, Caroline Moreira. **"Horrores de Magé": as repercussões da Revolta da Armada na cidade de Magé (1893-1894)**. Monografia (Graduação em História) – Faculdade de Formação de Professores, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2005.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O federalismo como experiência: Campos Sales e as tentativas de estabilização da República. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 59, n. 4, p. 1169-1206, 2016.